

. O AFASTAMENTO DE DILMA ROUSSEFF PELO SENADO: DIFERENTES PERSPECTIVAS REVELADAS PELA MÍDIA POR MEIO DA REFERENCIAÇÃO

Lívia Maria Turra Bassetto*
Cíntia Morelli Rosa**

RESUMO: *No campo da Linguística Textual, de linha sócio-cognitivo-interacionista, é praticamente óbvio que não há discurso neutro, pois cada escolha linguística revela um ponto de vista. Por isso, a mídia, ao divulgar informações, embora se diga imparcial, é sempre tendenciosa. Este trabalho busca demonstrar, com base na teoria da Referenciação, como um mesmo acontecimento pode ser divulgado a partir de pontos de vista diferentes. Destacando o processo de referenciação, pretende-se comparar a divulgação do processo de impeachment e a construção referencial de Dilma, realizadas sob perspectivas diferentes.*

PALAVRAS-CHAVE: *Referenciação, mídia, argumentação.*

ABSTRACT: *On the area of Textual Linguistics of socio-cognitive-interactionist base line, it is practically obvious that there is no neutral discourse, because each linguistic choice reveals a point of view. Therefore, the media, divulging information, although it is been said impartial, is always tendentious. This work aims to demonstrate, basing on Referenciation theory, how a same event can be divulged through different points of view. Emphasizing the process of referentiation, this work intends to compare the divulgation of the process of impeachment and the referential construction of Dilma realized from different perspectives.*

KEYWORDS: *Referenciation, media, argumentation.*

INTRODUÇÃO

A Referenciação, como construção de referentes promovida no e pelo discurso, é processo dinâmico e colaborativo, de modo que, ao introduzir, no texto, um referente, este pode ser transformado no decorrer

* Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual Paulista de São José do Rio Preto (IBILCE) e Mestre na mesma área e instituição. Docente no curso de Letras da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).

** Mestre em Letras. Docente no curso de Letras da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).

do discurso com base nos objetivos do locutor, que seleciona estratégias adequadas para a expressão de seu ponto de vista. Portanto, nessa perspectiva, da mesma forma que não há discurso neutro, a referenciação também não o é, visto que, a cada seleção de estratégias para construção de referentes, o locutor imprime argumentativamente um olhar sobre eles.

Assim, na mídia, o mesmo ocorre. Embora a mídia busque certa imparcialidade ao noticiar fatos, sabe-se que não há neutralidade quando se trata de discurso e a referenciação em textos jornalísticos é uma forma de se expor uma perspectiva sobre um fato e revelar um posicionamento político e crítico acerca dele.

Considerando tais informações, este artigo visa à análise do processo de referenciação em textos jornalísticos que destacaram um fato relevante atual e historicamente: o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016. Foram selecionados para a análise textos de diferentes fontes jornalísticas, que tratavam do dia 12 de maio de 2016, dia em que o Senado aprovou o afastamento da presidenta da República. Com essa análise, pretende-se demonstrar como, por meio da referenciação, a mídia se mostra tendenciosa, mesmo que discretamente.

REFERENCIAÇÃO

Diferentemente da concepção tradicional de referência, na Linguística Textual de linha sócio-cognitivo-interacionista, a língua não é reflexo da realidade, mas a integração entre sua parte estrutural e a ideia de “fabricação da realidade”, apresentada por Blikstein (1983), segundo a qual

a realidade é construída a partir da prática social, mantendo, assim, a linguagem relação com o social e o culturalmente construído. Portanto a linguagem é a forma de representação da realidade a partir de um ponto de vista, este que é construído a partir de questões sociais, culturais e históricas.

Em acréscimo a essa visão de linguagem, a teoria sócio-cognitivo-interacionista, além da consideração da estrutura e da prática social como constituintes linguísticos, acredita que essas práticas sócio-cognitivas, realizadas no discurso, ocorrem no intermédio entre os indivíduos em situação de interação comunicativa, isto é, a construção dos objetos que enunciamos é dada na relação que estabelecemos com o outro por meio da linguagem.

A partir dessa concepção de linguagem, a referenciação também é considerada como um processo dinâmico de construção de referentes no texto, que envolve o social, o cognitivo e o interativo. Por isso, a construção de referentes no texto não se dá de forma neutra; mas dá a partir de um ponto de vista sobre o mundo e de um propósito comunicativo.

Em consequência dessa visão de língua(gem) e de referência/referente, a Linguística Textual, na atualidade, substituiu o termo “referência” por “referenciação”, já que o processo de construção de referentes se dá discursiva e interativamente entre os parceiros do processo textual, sendo, portanto, um processo dinâmico. Tal mudança de concepção deve-se ao fato de se abandonar a perspectiva tradicional de linguagem e, conseqüentemente, de referência e se assumir uma visão sociocognitiva e

interacionista, como demonstra Koch (2008), em declaração acerca da língua:

A língua não existe, portanto, fora dos sujeitos sociais que a falam e fora dos eventos discursivos nos quais eles intervêm e nos quais mobilizam suas percepções, seus saberes quer de ordem linguística, quer de ordem sócio-cognitiva, ou seja, seus modelos de mundo. Estes, todavia, não são estáticos, (re)constroem-se tanto sincrônica como diacronicamente, dentro das diversas cenas enunciativas, de modo que, no momento em que se passa da língua ao discurso, torna-se necessário mobilizar conhecimentos — socialmente compartilhados e discursivamente (re)construídos —, bem como situar-se dentro das contingências históricas, para que se possa proceder aos encadeamentos discursivos. (KOCH, 2008, p. 101)

Ou seja, a referenciação é uma atividade de construção colaborativa, no qual estão envolvidos aspectos sociais, cognitivos, culturais, históricos e interativos. Desse modo, o referente – visto como objeto-de-discurso – não se encontra pronto no texto, mas é construído e reconstruído no momento da interação verbal, considerando-se os propósitos comunicativos do autor e as pressuposições que este tem a respeito do(s) seu(s) interlocutor(es).

De acordo com essa construção em constante processo, tem-se em relação aos referentes uma dinamicidade que faz com que, uma vez introduzidos, possam ser modificados, desativados, reativados, recategorizados, contribuindo para (re)construir o sentido no curso da progressão textual (KOCH, 2002), em função dos propósitos interacionais do autor.

Ao processo de instauração do referente por meio de uma categoria dá-se o nome de “categorização”, um processo que envolve práticas discursivas e cognitivas de sujeitos sociais e culturalmente situados, que constroem suas versões sobre o mundo. Essa construção não ocorre de

forma caótica ou desregrada, visto que há regras linguísticas, sociais e culturais que estabilizam as categorias e estabelecem certos “limites” ao processo de categorização. Porém, além da estabilidade das categorias, estas são ao mesmo tempo instáveis, já que, segundo Mondada e Dubois (2003), as categorias utilizadas para descrever o mundo são múltiplas e inconsistentes e a escolha por cada uma delas, no processo de construção textual, revela um propósito comunicativo e um ponto de vista sobre o objeto em construção. Por isso, segundo Marcuschi (2007, p. 108), “a língua não é um retrato e sim um trato do mundo, isto é, uma forma de agir sobre ele”. Assim, a cada categorização efetuada pelo autor, tem-se um ponto de vista expresso por meio da categoria selecionada.

A esse respeito, Cavalcante destaca:

Uma forte evidência dessa negociação no modo de conceber e de denominar os referentes é a atitude de refletir sobre o próprio dizer ao selecionar as expressões referenciais de acordo com a audiência, com os propósitos comunicativos, com o contexto imediato, etc. Essa negociação repercute nas não coincidências do dizer (AUTHIER-REVUZ, 1998) e nas estratégias usadas para marcá-las, isto é, repercute na escolha de pistas que assinalam vozes diferentes, pontos de vista distintos num mesmo enunciado. (CAVALCANTE, 2011, p. 28).

Assim como a categorização, a recategorização, num sentido mais estrito do termo, é vista como um recurso referencial pelo qual uma entidade já introduzida no universo do discurso sofre transformações que são perceptíveis pelo emprego de expressões referenciais renomeadoras. No entanto, a recategorização já tem sido concebida numa perspectiva mais abrangente, considerando-se não apenas expressões nominais para a transformação dos referentes, mas também associações entre os referentes,

a predicação (nominal, verbal ou verbo-nominal), entre outras possibilidades – como pode ser observado em Jaguaribe (2004).

Todas as formas empregadas, tanto para a introdução quanto para a retomada e transformação do referente no texto, são selecionadas com base em propósitos interacionais, revelando-se, por meio dessas formas linguísticas, pontos de vista. Assim, todo o processo de referenciação também é um processo argumentativo.

Dentre as estratégias de progressão referencial mais estudadas pelos teóricos da área da Referenciação, estão as de base nominal – descrição definida, descrição indefinida, nominalização e associação – e a de base pronominal – a pronominalização. Além dessas estratégias, considera-se o emprego de nomes próprios como recurso que contribui para a construção de referentes, com base na perspectiva assumida por Bassetto (2015), que considera que o nome próprio é, como escolha do autor, um recurso importante para a argumentatividade do texto.

Assim, valendo-se das estratégias de progressão referencial e de demais recursos empregados para a construção de referentes, busca-se demonstrar, na sequência, como a construção referencial presente em textos jornalísticos é, na verdade, uma forma de demonstrar um ponto de vista e/ou ideologia e, muitas vezes, até mesmo de manipular as informações de modo a persuadir seus leitores. Isso se dá porque a referenciação está atrelada à argumentação discursiva, já que a ação de construir referentes no texto é motivada por um propósito comunicativo do autor ou por uma “imagem” referencial que o autor almeja ativar discursivamente.

ANÁLISE

Ao se observarem textos veiculados pela mídia, percebe-se determinado posicionamento político e/ou ideológico no tratamento que se dá à matéria jornalística. Assim, o que se pretende analisar aqui são, por meio do processo de referenciação, textos jornalísticos que possuem como foco a aprovação do afastamento de Dilma Rousseff e do prosseguimento do processo de impeachment pelo Senado, ocorridos em 12 de maio de 2016. Embora o jornalismo ainda se caracterize como imparcial, percebem-se, em alguns veículos mais e em outros menos (aparentemente), formas tendenciosas na construção textual para abordagem dos fatos, até mesmo porque se sabe que não existe discurso neutro.

Para tanto, os veículos selecionados para a análise foram os jornais *Folha de S. Paulo* e *Gazeta do Povo*; e as revistas *Veja* e *Carta Capital*, dos quais foram escolhidos textos mencionados no decorrer da análise. Na busca de como os referentes foram construídos no decorrer do texto, detém-se especial atenção ao impeachment, abordando-se como esse processo foi apresentado em cada veículo; e a Dilma, enfatizando a sua construção referencial. A partir desses dois referentes, almejou-se discutir como o posicionamento político e ideológico revela-se nesses veículos, seja de forma mais ou menos marcada.

DILMA E O IMPEACHMENT

No que se refere ao impeachment, a diferença adotada pelos veículos está, principalmente, em caracterizá-lo como impedimento político ou como golpe, dependendo justamente do posicionamento político assumido pelos veículos.

Especificamente, no caso da *Folha*, em “Senado afasta Dilma da Presidência, e Michel Temer assume nesta quinta”¹, a introdução referencial se dá por meio de uma descrição indefinida “um processo de impeachment”, que retoma o caso de Fernando Collor (em: “um processo de impeachment desde a redemocratização, 24 anos após Fernando Collor”). Considerando-se que o processo de impeachment de Collor foi um fato histórico que gerou grande escândalo no país, acredita-se que a associação entre tais “impeachments” seja justamente uma tentativa de reforçar o caráter de ilegalidade relacionado ao governo, o que evidencia um olhar sobre o governo de Dilma.

Nesse mesmo sentido, a *Folha* reforça o número de votos que levaram ao afastamento de Dilma:

Com 78 senadores presentes, 55 votaram contra Dilma e 22 a favor, com 0 abstenções. (...) Se o placar desta votação for repetido quando o Senado julgar o mérito da acusação contra a presidente, em até 180 dias, chegará ao fim definitivo esta era do PT no poder, iniciada com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva em 2003.

Por meio dessa declaração, fica evidente uma relação entre o “impeachment” e o fim definitivo da era do PT no governo, que pode

¹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1770139-senado-afasta-dilma-da-presidencia-e-michel-temer-assume-nesta-quinta.shtml> (Acesso em: 20 de junho de 2016).

sugerir ao leitor que o impeachment possa ser uma solução para eventuais problemas no país.

Para evidenciar esse posicionamento, após o emprego do nome próprio “Dilma” e o uso da descrição definida “a segunda chefe de Estado a enfrentar formalmente o processo de impeachment”, o jornalista retoma o referente pela descrição definida “a presidente” – que marca ainda o seu cargo até o momento – e acrescenta, por meio da predicação nominal, a informação de que ela “é acusada de editar decretos de créditos suplementares *sem aval do Congresso* e de usar verba de bancos federais em programas do Tesouro, as chamadas “*pedaladas fiscais*”. [grifos das autoras] Com essa informação, subentende-se uma tentativa de atrelar a Dilma o crime de responsabilidade fiscal, o que justificaria a aprovação do processo de impeachment.

Além disso, o jornalista da *Folha* compara novamente a aprovação do afastamento da presidenta ao processo de impeachment de Fernando Collor, sem especificar as particularidades de cada caso. Com isso, o autor coloca ambos os casos como similares e ainda destaca uma declaração do “senador Fernando Collor (PTC-AL), alvo de impeachment em 1992” que, pela experiência no caso, poderia aconselhar Dilma:

Ele afirmou que alertou o governo sobre a possibilidade de afastamento de Dilma, mas ela fez “ouvidos de mercador”. “Coloquei-me à disposição, ouvidos de mercador. Desconsideraram minhas ponderações. Relegaram minha experiência. A autossuficiência pairava sobre a razão” afirmou.

Por meio da declaração de Collor, ressalta-se que, ao fazer “ouvidos de mercador”, Dilma não se importou com os conselhos de Collor –

experiente no processo de impeachment –, devido ao que Collor denominou de “autossuficiência”, o que sugere um tom de arrogância por parte da presidenta.

Essa aproximação entre os referentes Dilma e Collor ocorre também no final do texto, quando o jornalista afirma: “Afastada, Dilma segue o caminho de Collor (PTC-AL)”, o que revela discursivamente a expectativa de que a presidenta tenha o seu impedimento definitivo.

A *Folha*, na tentativa de demonstrar “os dois lados”, cita o depoimento de um senador aliado ao PT e de um senador da oposição. No entanto, além de o jornalista abrir um pequeno espaço para a “defesa” de Dilma, ainda percebe-se um discurso tendencioso negativamente ao chamar o político petista:

Com o resultado praticamente definido antes da votação, integrantes da base governista já jogavam a toalha sobre o afastamento da petista do cargo. "Vou estar amanhã (quinta), junto com a presidenta Dilma, na saída, certamente. É um jogo de carta marcada. O Senado está escrevendo uma das páginas mais tristes dos seus 190 anos", disse da tribuna o senador Jorge Viana (PT-AC), vice-presidente do Senado.

Ao retomar o referente pela descrição definida “a petista”, o autor reforça o seu partido político e traz a declaração do “senador Jorge Viana (PT-AC), vice-presidente do Senado”, que, por ser também petista, se encontra ao lado da presidenta. Portanto, o fato de ser do PT justificaria o fato de o senador apoiar “a petista”. No ponto de vista do senador, o impeachment é apresentado como “um jogo de carta marcada” e “uma das páginas mais tristes”. Entretanto, tal posicionamento é apenas citado e não desenvolvido, de forma que se possa entender como um silenciamento

proposital, ainda mais por ser seguido, tendenciosamente, pela apresentação do discurso do senador Aécio Neves, cuja chamada à fala é feita de maneira positiva:

Com o discurso mais aplaudido pelos opositoristas, o senador Aécio Neves (PSDB-MG) criticou a condução da política econômica do governo petista. "O desequilíbrio das finanças públicas gera instabilidade no país, que faz com que os investimentos deixem de vir e o desemprego passe a florescer", afirmou o tucano, derrotado por Dilma na eleição presidencial de 2014.

Diante dessa construção referencial e textual, observa-se a valorização/ aprovação do processo de impeachment e a desvalorização da imagem de Dilma, que, embora não referida de forma pejorativa, é associada ao referente Collor, a “pedaladas fiscais”, “autossuficiência”, entre outras expressões que acabam, no conjunto, por reforçar aspectos negativos da referente em construção.

No texto publicado no jornal *Gazeta do Povo*, “Dilma perde no Senado e é afastada da Presidência”², a introdução e progressão referencial de Dilma não são tão diferentes do que as promovidas pela *Folha*, mesmo porque há uma tendência esperada dos jornalistas para que busquem, ao menos aparentemente, um discurso mais “neutro”. Por isso, a introdução referencial é efetuada, já no título, pelo emprego do nome próprio “Dilma”, por meio do qual o referente é promovido no texto, além das descrições definidas “a presidente Dilma Rousseff” (esta acompanhada de nome próprio completo) e “a presidente”, que ainda reforçam o seu cargo político. Essas (re)categorizações aparentemente mais “neutras” são

² Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/dilma-perde-no-senado-e-e-afastada-da-presidencia-5vwvj4ruyohfy04vzxqbw93k6> (Acesso em: 20 de junho de 2016).

possivelmente motivadas não só pela busca da imparcialidade, mas também pelas convenções sociais que “limitam”, de certa forma, o tratamento que se deve ter com um presidente, principalmente, pela mídia.

Já a respeito do processo de impeachment, a *Gazeta*, em vez de tratar já como impedimento, opta pelas descrições definidas “o afastamento” e mesmo “o afastamento temporário de Dilma”, que evidenciam justamente o caráter temporário desse afastamento, diferentemente do que se subentende a partir de “impeachment”.

Por outro lado, o jornal ressalta o número de votos a favor do “prosseguimento do impeachment”, destacando o placar como uma “dupla vitória da oposição: além de tirar Dilma temporariamente da Presidência, o número de votos sinaliza que há apoio suficiente para a presidente sofrer o impeachment definitivo no julgamento do Senado, que tem de ocorrer até novembro”. Nessa linha, a *Gazeta*, buscando privilegiar a informação, explica o processo de impedimento em que a primeira votação do Senado seria para a “admissibilidade do impeachment” e, portanto, o “afastamento temporário de Dilma”. No entanto, o veículo aponta para a possibilidade do afastamento definitivo da presidenta quando apresenta que o chamado “número mágico” fora atingido já nessa primeira votação:

Nessa etapa, eram necessários os votos de 41 dos 81 senadores para o prosseguimento do processo. Para tirar a presidente definitivamente da Presidência, é preciso haver dois terços dos votos no Senado – ou 54 parlamentares. A oposição conseguiu obter esse número mágico.

Ao tentar “equilibrar” o discurso e ouvir petistas, a reportagem utiliza a chamada “estratégia petista”, o que permite um sentido pejorativo,

já que a descrição definida “estratégia petista” sugere uma manobra política por parte do partido para reverter o quadro, conforme indica o trecho abaixo:

A estratégia para desgastar Temer já está traçada. “Vamos fazer uma oposição duríssima”, disse o senador Lindbergh Farias (PT-RJ). O PT considera que Temer vai retirar direitos trabalhistas e sociais, o que vai piorar a imagem do novo presidente perante a opinião pública. E vai bater duro nessa tecla.

Outra estratégia petista, segundo o jornalista, seria esperar que a crise continuasse durante o período de Temer no poder (“A aposta é que o peemedebista não conseguirá tirar o país da crise e que, no julgamento final, alguns senadores mudarão de lado”). Assim, de acordo com a *Gazeta*, “isso mantém a esperança de que Dilma será inocentada no julgamento final e, assim, voltará à Presidência”. Ao reforçar essa expectativa por parte dos petistas, fica implícita certa crueldade com a nação, o que revela uma maior preocupação com o poder do que com o desenvolvimento político, econômico e social do país.

Assim, pode-se observar que, embora aparentemente a *Gazeta* demonstre imparcialidade por meio das informações, estas reforçam uma votação expressiva a favor da continuidade do processo de impeachment, o que supostamente garantiria a passagem do caráter temporário de “afastamento” para o definitivo de “impeachment”. Além disso, ao comentar a “estratégia petista”, há, indiretamente, a construção de uma imagem negativa do PT, que se preocuparia mais com o poder do que propriamente com o Brasil. Portanto, há uma apresentação tendenciosa das

informações, de modo que se conduza o leitor a um posicionamento político e ideológico sugerido pelo veículo de forma discreta.

A matéria apresentada pela revista *Veja*, “Senado afasta Dilma do Planalto. E interrompe o projeto de poder petista”³, ao se reportar à presidenta, mantém um posicionamento aparentemente mais “neutro”, utilizando o nome próprio “Dilma” e “Dilma Rousseff” e as descrições definidas “presidente” e “a petista”. No entanto, há uma recategorização bastante relevante para a argumentatividade do texto, a descrição indefinida “uma presidente que, ao fim e ao cabo, cai por culpa de sua própria incompetência”, cujo modificador reforça a incompetência de Dilma.

Além disso, outros elementos presentes no texto auxiliam na construção do referente Dilma, o que permite inferências a respeito do referente em questão. Sua imagem está atrelada a uma suposta melancolia, incompetência, escândalos e “crises política, econômica e ética”, conforme se nota em:

Os 13 anos do partido à frente do Planalto se encerram de maneira *melancólica* - com a legenda imersa em *escândalos* e incapaz de salvar *uma presidente que, ao fim e ao cabo, cai por culpa de sua própria incompetência*. Diante das *crises política, econômica e ética* em que o governo *Dilma submergiu o país*, o afastamento da petista representa o primeiro passo rumo à recolocação do Brasil nos trilhos. [grifos das autoras]

Portanto, mesmo utilizando, inicialmente, uma progressão referencial com tom de neutralidade, a reportagem acaba por associar a figura de Dilma a um cenário negativo, principalmente colocando-a como

³ Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/senado-afasta-dilma-do-planalto-e-interrompe-o-projeto-de-poder-petista.amp> (Acesso em: 20 de junho de 2016)

responsável pela sua própria queda, como também pela submersão do país promovida, segundo o autor, pelas “crises política, econômica e ética em que o governo Dilma submergiu o país”.

No tocante à construção do referente impeachment, a revista utiliza o termo “afastamento”, apostando na analogia com o que chama de “projeto de poder”. A revista abre sua reportagem com o seguinte título: “Senado afasta Dilma do Planalto. E interrompe o projeto de poder petista”. A decisão por marcar o título da notícia como uma interrupção de um projeto de poder denota a importância da luta de poderes instaurada no cenário político brasileiro.

Assim, percebe-se que o tratamento dado ao fato não é simplesmente o de transmitir uma informação, mas aproximar a notícia de um jogo de interesses políticos que tomam como foco a luta pelo poder. Por esse viés, estar na Presidência é, antes de tudo, um projeto de poder.

Essa maneira de noticiar o fato (não definitivo) sugere o fim do período de poder do PT. No lide⁴, não consta a informação de que a votação voltará ao Senado, ou seja, para compreender todo o contexto do impeachment é necessária a leitura da matéria na íntegra, pois tanto o título como o primeiro parágrafo do texto apenas tratam o procedimento como definitivo.

Ainda no que se refere à questão de poder, *Veja* aponta que o impeachment começa a “pôr fim à era PT”, sugerindo um longo período de

⁴ Do inglês “lead”, o termo refere-se, no jornalismo, ao primeiro parágrafo da matéria, cuja função é introduzir o leitor ao texto e prender sua atenção. Ele pode ser noticioso, quando responde às questões principais em torno de um fato (o quê, quem, quando, como, onde, por quê), e não-factual, quando busca, por meio de outros recursos, prender a atenção do leitor. Mais informações disponíveis em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_producao_1.htm (Acesso em 20 de junho de 2016).

atuação do Partido dos Trabalhadores, o que reforça o referido “projeto de poder”. Na sequência, associa o afastamento ao “primeiro passo rumo à recolocação do Brasil nos trilhos”, indicando o impeachment como solução para o país.

Numa outra linha de construção, o jornalista trata o impeachment como consequência de um “crime de responsabilidade” em: “[...] os senadores decidiram que a petista deve ser julgada por crime de responsabilidade”. Dessa forma, o afastamento da presidenta está diretamente relacionado a um crime, o que reforça o caráter negativo do governo Dilma – e, principalmente, da presidenta – e aponta o impeachment como forma de se livrar desse “problema”.

Apesar de apresentar o impeachment como solução para os problemas enfrentados pelo país, *Veja* faz uma ressalta, dizendo que “a saída de Dilma não tem o condão de sanar o atoleiro econômico do país. Ou de reduzir o justo descontentamento nacional com a classe política diante dos escândalos que há dois anos a Operação Lava Jato começou a desvendar”, ou seja, ao citar o “atoleiro econômico do país”, o “justo descontentamento nacional com a classe política” e os “escândalos que há dois anos a Operação Lava Jato começou a desvendar”, *Veja* coloca em evidência problemas vivenciados no/ devido ao governo Dilma. Por isso, encerra-se a matéria, com “Será uma dura missão para Temer”, destacando as possíveis dificuldades que Temer poderá encontrar.

Por meio dessa análise, fica claro que o posicionamento político da *Veja* é mais evidente e a construção textual e referencial mais tendenciosa do que a da *Folha* e a da *Gazeta*, o que reforça a imagem que se tem, social

e culturalmente, a respeito da *Veja* por parte da população, que a considera parcial, a ponto de ser classificada como revista de “direita” ou, até mesmo, “elitista”.

Já a revista *Carta Capital*, revista brasileira conhecida justamente por apresentar um posicionamento político oposto ao da *Veja*, com linha editorial assumidamente de esquerda política, em sua edição nº 903, apresenta textos variados na defesa de Dilma e na reprovação do processo de impeachment, apresentado, na maioria das vezes, como “golpe”. Por ser um posicionamento marcadamente oposto aos veículos anteriores, foram selecionados três textos para discussão, a fim de se salientar que tal postura encontra-se presente em textos variados da revista.

Em um de seus textos, “Dilma melhora seu ibope”⁵, a introdução referencial de Dilma se dá, já no título, por meio do nome próprio “Dilma”, retomada, na sequência, pelas descrições definidas “a presidenta”, “a presidenta Dilma” e “a presidenta afastada” (todas com núcleo “presidenta” – enfatizando o cargo político) e, pelo nome próprio “Dilma”. Diferentemente dos demais veículos analisados, ao empregar “presidenta” em vez de “presidente”, há já um posicionamento ideológico em, por meio do nome-substantivo feminino, salientar a mulher, pela primeira vez, no cargo de maior importância do país, ocupado, no caso, por Dilma. Assim, ao ser a forma preferida pela presidenta para ser referida, a mídia, na maioria das vezes, optou por “presidente”, criticando a escolha pela “inexistência” da forma feminina no dicionário – o que seria uma visão equivocada – ou pela falta de necessidade, nesse olhar, de se empregar o

⁵ Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/903/dilma-melhora-seu-ibope> (Acesso em 20 de junho de 2016).

feminino. Por outro lado, a mídia que apoia(va) Dilma optou por empregar a forma feminina, até mesmo pela ideologia de esquerda de valorização das minorias, entre as quais estão as mulheres.

A respeito do processo de impeachment, o texto o apresenta como “o afastamento” e o retoma, argumentativamente, por meio de “um ‘golpe de Estado suave’, para usar a sublime avaliação sobre o tema feita recentemente pelo papa Francisco”. Por meio da expressão “um golpe de Estado suave”, além de salientar o processo de impeachment como um golpe de poder e não como um processo que teria como base um crime de responsabilidade, o autor reitera o fato de ser uma expressão utilizada pela autoridade máxima da Igreja Católica, o Papa Francisco, que social e culturalmente tem sido reconhecido pela sabedoria e sensatez, o que demonstra que o olhar sobre o impeachment como “golpe” não é apenas de políticos ou cidadãos de esquerda. Posteriormente, a recategorização de “um golpe de Estado suave” se dá por “o golpe” (duas vezes) e “o afastamento de Dilma”.

Além disso, o autor trata de uma melhora na popularidade de Dilma que seria decorrente de “tropeços na ineficiência administrativa do governo provisório e das revelações escandalosas saídas das entranhas do PMDB” e “o possível fracasso do governo provisório de Temer”. Para tanto, o jornalista se vale do resultado de uma pesquisa do Ibope, o qual afirma que, após o afastamento, o índice de aprovação de Dilma aumentou. A reportagem trata o impeachment como passado, abrindo questionamentos sobre o que acontecerá a seguir: “A expectativa política no Brasil de hoje está ancorada na resposta para a seguinte pergunta: a presidenta Dilma

voltará ao poder, ou não voltará, após sofrer um “golpe de Estado suave”, para usar a sublime avaliação sobre o tema feita recentemente pelo papa Francisco?”. Assim, a equipe de *Carta Capital* busca construir uma nova imagem a partir do aumento da confiança pública de Dilma após seu afastamento da Presidência.

No editorial⁶ “O golpe sem disfarces”⁷, *Carta Capital* deixa evidente o termo “golpe” (“o golpe sem disfarces”) cujo modificador “sem disfarces” salienta que o “golpe” tenha sido desvendado, mesmo tendo sido tão negado, após “conversações grampeadas”/ “as conversas gravadas por Sérgio Machado”, o que motivou a recategorização “o complô” – descrição definida que sugere a união de um grupo de pessoas contra uma terceira, no caso, contra Dilma. Na sequência, há a retomada referencial por “a manobra golpista que afastou Dilma Rousseff e entregou o governo interino a Michel Temer, o arguto professor de Direito Constitucional que rasga a Constituição”.

Além de ressaltar o processo de impeachment como “a manobra golpista”, há ainda a respeito de Michel Temer um aposto que, ao recategorizá-lo como “o arguto professor de Direito Constitucional que rasga a Constituição”, evidencia a suposta ilegalidade do impeachment.

Vale informar também que a equipe de reportagem da revista não produziu um texto jornalístico noticiando a votação, ou seja, a aprovação pelo Senado do processo de impeachment, mas usou o fato como âncora

⁶ Gênero textual jornalístico, de teor opinativo-argumentativo, no qual há o posicionamento expresso do veículo acerca de questões políticas, econômicas e sociais, por meio das palavras do editor. Enquanto, geralmente, o jornalismo visa a uma suposta imparcialidade em suas matérias, no editorial, não há essa necessidade. No caso da *Carta Capital*, o editorial em análise está assinado por seu editor Mino Carta.

⁷ Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/903/o-golpe-sem-disfarces> (Acesso em 20 de junho de 2016).

para outros desmembramentos. Pelo seu posicionamento político, percebe-se que a publicação trata o fato como dado e certo para evitar informá-lo e, na intenção de desqualificá-lo, traz outros elementos que reforçam a imagem de impeachment associado a um “golpe”.

Assim, com relação ao impeachment, *Carta Capital* constrói o referente de maneira oposta aos veículos anteriormente citados. Dessa vez, o referente, introduzido pela descrição definida “o golpe sem disfarces”, é recategorizado, no decorrer do texto, pelas descrições definidas “o complô”, “manobra golpista”, “o golpe” (quatro vezes), “o impeachment”, “o golpe em marcha”, “a trama”, “o ‘pacto’”, “a grande tramoia urdida contra o Brasil” e “o processo de impeachment”. Todas as recategorizações, em conjunto com todos os recursos linguísticos empregados na construção do texto, colaboram para uma apresentação pejorativa a respeito do impeachment, em especial o nome-substantivo “tramoia”, já que este tem como significado um “plano maligno”, neste caso não apontado como se fosse contra Dilma, mas contra o Brasil – o que ressalta ainda mais o seu teor negativo.

Quanto à construção referencial de Dilma, esta é introduzida por nome próprio completo “Dilma Rousseff” e retomada/recategorizada por “Dilma”, “a presidenta” e “a presidenta afastada”. Ademais, acrescentam-se, por meio de predicação, atributos argumentativamente importantes para a construção referencial, a partir do posicionamento expresso no editorial:

Dilma Rousseff não tem o carisma e o extraordinário tino político de Lula e cometeu erros graves de pontos de vista variados. Em boa parte manteve, porém, as políticas sociais do antecessor, ao meio de uma situação econômica cada vez mais adversa. Além disso, trata-se de uma cidadã correta, corajosa e

muito bem-intencionada. Talvez um tanto ingênua, murmuram os botões. [grifos das autoras]

Apesar de admitir que Dilma não tenha “o carisma e o extraordinário tino político de Lula” – o que constrói o referente Lula numa perspectiva positiva –, o editor atribui, por meio de uma descrição indefinida, características positivas de “cidadã correta, corajosa e muito bem-intencionada”. Portanto, a partir dos textos de *Carta Capital*, nota-se uma apresentação totalmente parcial acerca do processo de impeachment e da figura de Dilma, não somente no editorial, mas em textos como o apresentado anteriormente, como em tantos outros.

Para auxiliar na construção referencial da presidenta, há também, em “O presente no passado”⁸, texto também publicado na *Carta Capital*, certa aproximação com o impeachment sofrido por Fernando Collor. No entanto, o tratamento dado à analogia é totalmente oposto ao sugerido por outros veículos, como a *Folha*. A reportagem recupera dois outros afastamentos políticos ocorridos em 1955:

Passados 60 anos, *um capítulo pouco lembrado de nossa história* volta a ser relevante. [...] Em novembro de 1955, portanto muito antes de Fernando Collor e Dilma Rousseff, tivemos *dois impedimentos presidenciais*. Nunca foram estudados em profundidade, mas são *reveladores de como as elites brasileiras exercem o poder*. Esses dois impeachments *pré-modernos* mostram como era o *jogo político* naqueles tempos: um lado queria derrubar *quem havia vencido a eleição*, o outro manter o resultado. [grifos das autoras]

⁸ Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/903/o-presente-no-passado> (Acesso em: 20 de junho de 2016).

Dessa forma, a revista compara a situação de Dilma não à de Collor – o que pressuporia crime de responsabilidade –, mas a outros dois anteriores e demonstra em seu discurso a insatisfação com relação ao afastamento de Dilma, aproveitando para apresentar a manipulação da imprensa e a influência da elite no sistema político brasileiro, o que reforçaria a ideia já explorada nos textos anteriores de apresentar o impeachment como “golpe”, recategorizado, neste texto, como “jogo político” que visava à derrocada de “quem havia vencido a eleição” – numa comparação entre os dois presidentes anteriores, Carlos Luz e Café Filho, e Dilma.

Diante dessa análise, fica evidente, pela forma de se construírem os referentes no texto, o posicionamento de cada veículo jornalístico acerca do mesmo fato – o afastamento de Dilma da Presidência –, de forma que, ainda que alguns possam se dizer imparciais, revelam – mais ou menos discretamente – a sua perspectiva político-ideológica sobre a situação vivenciada no Brasil.

No caso da *Carta Capital*, é indiscutível o posicionamento de esquerda apresentado pela revista, expresso de maneira notória justamente por não haver a preocupação de se apresentar como jornalismo imparcial. Por isso, a valorização de Dilma e a crítica ao processo de impeachment fazem-se tão presentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise realizada neste artigo, buscou-se demonstrar como, por meio da referenciação, pode-se notar o posicionamento político-ideológico de um veículo jornalístico, que, por mais que se declare imparcial, não tem como o ser, já que não há neutralidade quando se trata de discurso.

Como, na perspectiva teórica da Linguística Textual, a construção textual é um processo social, cognitivo e intersubjetivo, cujos sujeitos revelam seus propósitos interacionais ao elaborar seu texto, esse processo é consequentemente argumentativo. Assim, a referenciação também é um processo argumentativo que revela pontos de vista por meio da construção de referentes no texto. Entretanto, as estratégias de progressão referencial podem, em determinadas situações, serem selecionadas, em especial por alguns veículos de informação, com vistas a uma possível “neutralidade”, porém outros recursos linguísticos presentes no texto podem auxiliar na e para a construção desses referentes. Por isso, destacou-se a importância em se considerar a “recategorização” a partir de um olhar mais abrangente.

Pela análise efetuada, nota-se que os textos jornalísticos, mesmo de maneira discreta, apontam a linha editorial de seu veículo de comunicação, bem como seus interesses políticos, econômicos, sociais e ideológicos. Nos textos da *Folha de S. Paulo* e da *Gazeta do Povo*, observou-se uma apresentação de seu posicionamento mais comedidamente, enquanto, nas revistas *Veja* e *Carta Capital*, os pontos de vista acerca dos fatos são mais marcados, tanto que elas são socialmente reconhecidas, respectivamente, como “de direita” e “de esquerda”.

Resumidamente, *Folha* e *Gazeta* valeram-se mais de expressões como “Dilma”, “presidente” e “impeachment”, visando à “imparcialidade”. No entanto, observou-se uma visão de desvalorização de Dilma e de aprovação do processo de impeachment. No caso da *Veja*, fica mais manifesto o seu posicionamento de oposição ao governo Dilma – a ponto de associá-la propositalmente ao crime de responsabilidade – e de apoio ao processo de impeachment – este indicado como a “salvação” para o país. No viés contrário, a *Carta Capital*, com ideologia marcadamente de esquerda, constrói o referente Dilma a partir de um olhar positivo e o processo de afastamento ou impeachment como “golpe”, em total desaprovação do processo.

À vista disso, enfatiza-se a importância do papel da referenciação na busca pelo posicionamento ideológico expresso discursivamente, inclusive em textos jornalísticos ou em outros que se declarem “neutros”.

REFERÊNCIAS

BASSETTO, L. M. T. *O funcionamento de nomes próprios no processo de referenciação*. 2015. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2015.

BLIKSTEIN, I. *Kaspar Hauser, ou A fabricação da realidade*. São Paulo: Cultrix, 1983.

CAVALCANTE, M. M. *Referenciação: sobre coisas ditas e não ditas*. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

JAGUARIBE, V. M. F. O jogo da recategorização no texto poético. In: CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M. A. P. (Org.). *Gêneros textuais e referenciação*. Fortaleza: Prottexto – UFC, 2004. CD-ROM.

KOCH, I. V. Como se constroem e reconstroem objetos-de-discurso. *Revista Investigações*, v. 21, n. 2, p. 99- 114, 2008. Disponível em: <http://www.repositorios.ufpe.br/revistas/index.php/INV/article/view/1446/1123,%202008>. Acesso em: 28 abr. 2014.

_____. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002

MARCUSCHI, L. A. *Cognição, linguagem e práticas interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M. et al. *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.